

**PARECER Nº 069/2015-CI-SEHAB**

Veio à apreciação deste Controle Interno, processo nº. 189/2015, que tem como objeto a readequação do Contrato de serviço de reprografia, decorrente da Ata de Registro de Preço nº 010/2014, que solicitou que os órgãos municipais procedam desconto de R\$ 25% sobre o valor do contrato atual.

Exercendo as prerrogativas legais e regimentais conferidas à Unidade de Controle Interno, procedemos à análise da documentação que integra o Processo em tela, estando presentes nos autos:

- a) Ofício Circular nº 028/2015 – NSAJ/GABS-SEGEPI;
- b) Contrato nº 010/2014;
- c) Parecer nº 035/2015 – SEHAB/PMB/2015;

No que tange a fundamentação legal, encontra-se nos autos parecer acima mencionado, primando pela readequação do contrato nº 010/2014, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada em serviços de reprografia com disponibilização de equipamentos, incluindo a prestação de serviços de suporte e manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, suprimentos, inclusive papel A4, A3 e ofício 2, contemplando hardware e Software para essa função e disponibilizando atendimento técnico telefônico.

Ressalta ainda o aludido parecer jurídico que a fundamentação legal, tem como base os moldes no art. 65 da Lei nº 8.666/93, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com a devidas justificativas, nos seguintes casos:

II – por acordo das partes: d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos de execução do

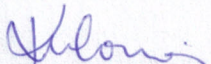


ajustado, ou ainda, em casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extraordinária.

A Administração Pública no intuito de concretização de seu fim essencial que é o bem-estar da coletividade deve guiar-se em suas atividades pelos denominados Princípios da Administração Pública. Tais princípios, à luz do “*Caput*” do artigo 37 da Constituição Federal de 1988, bem como de legislação infraconstitucional, norteiam todos os atos administrativos e, ademais, em resumo, visam impor aos atos de todo agente ou gestor público, a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, publicidade e eficiência, proporcionando, destarte, à coletividade administrada, a transparência e a ampliação da credibilidade quanto à administração do patrimônio público.

Isto posto, e considerando que os procedimentos adotados pela Secretaria Municipal de Habitação, estão em conformidade com a legislação vigente, nada temos a opor quanto a readequação do contrato nº 010/2014 SEHAB/PMB, que terá como objeto a supressão do valor global do mesmo em 25%.

Belém 03 de março de 2015



**KARLA CASTILHO MOREIRA**

Controle Interno